

## Carta de Disposições – IV Fórum Acervos Arqueológicos

Ambiente virtual, 02 de setembro de 2021.

O documento ora apresentado tem como propósito sintetizar as discussões promovidas ao longo do IV Fórum Acervos Arqueológicos, de modo a reunir as discussões de maior relevo e orientar o coletivo em relação aos desafios a serem enfrentados doravante. O Fórum foi realizado entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro de 2021, no período da manhã (9hs-12hs), no formato virtual, em razão dos desafios impostos pelo distanciamento social. Com a temática “Políticas de Coleções”, o evento reuniu mais de 400 participantes, de todas as regiões do Brasil e do estrangeiro, sobretudo de países latino-americanos.

Previamente, ao longo de um ano, o Fórum promoveu o engajamento de pessoas interessadas no tema da gestão de acervos arqueológicos, por intermédio de três Grupos de Debate (GD): 1 - Institucionalidades; 2-Significações e Ressignificações e 3-Dinâmicas da Preservação. Os GDs tiveram como linha mestra a temática referente a políticas de coleções, cujos encontros ocorreram periodicamente, e geraram como resultados produtos que foram apresentados e discutidos coletivamente no Fórum. As reflexões realizadas no âmbito dos GDs oportunizaram ao Fórum alçar outros patamares de discussões e interações.

Isto posto, segue a síntese das discussões, em forma de recomendações e disposições gerais, com base no que foi abordado no escopo dos Grupos de Debates:

### **GD1: Institucionalidades**

- A política de acervos necessita considerar a diversidade de instituições de guarda e pesquisa, suas múltiplas identidades e estruturas jurídicas. Na mesma direção, as regulamentações do campo devem considerar essas particularidades;
- As universidades necessitam reconhecer os acervos universitários e implementar documentos normativos para a sua regulamentação, do mesmo modo que se faz

premente a instituição de políticas culturais que levem em consideração os acervos arqueológicos;

- A urgente demanda de formação de profissionais capacitados para lidar com os desafios inerentes às instituições de guarda e pesquisa enseja a necessidade de criação de disciplinas nos Projetos Pedagógicos (PPCs) dos cursos, tanto de graduação como de pós-graduação, que tenham enfoque na gestão de acervos arqueológicos.
- Ainda no que tange à formação, as universidades devem propor cursos de extensão que promovam a interdisciplinaridade entre os campos da arqueologia, museologia, conservação e educação;
- O corpo técnico especializado das universidades e instituições brasileiras, com vasta formação, podem e devem atuar/colaborar nos cursos de graduação e pós-graduação com a temática da gestão dos acervos.

## **GD2: Significações e Resignificações**

- Ampliar a dimensão material dos acervos por meio da implementação de práticas que levem em consideração a experiência de vida das pessoas implicadas nos acervos;
- Os museus e instituições de guarda e pesquisa no país necessitam articular de forma conjunta protocolos para o processo de repatriação de bens que tem crescido no país, assim como criar mecanismos éticos. Promover mudanças na legislação, especialmente em relação aos remanescentes e ao repatriamento;
- A significação e ressignificação dos acervos acontece a todo instante e em muitas etapas da história de vida dos objetos, paisagens e territórios. A interpretação arqueológica é uma leitura que se soma a outras possíveis;
- A importância do diálogo intercultural no processo de gestão, como um todo, buscando outras parcerias na requalificação dos acervos e criação de políticas de coleções;
- Implementar políticas voltadas para o desenvolvimento de pesquisas, por meio de bolsas e iniciações científicas, que contemplem esses temas e integrem, de fato, diferentes agentes (pesquisadores/as/us, comunidades tradicionais, etc);

- Aproximar as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais da gestão dos acervos no âmbito dos cursos de licenciatura intercultural. Não deixar de considerar outros agentes e grupos que também se relacionam com o patrimônio;
- Fomentar redes entre instituições, sobretudo com pequenos museus comunitários, municipais e instituições de guarda, assim como ampliar as formas de cooperação entre instituições;
- Levar em consideração as categorias fluidas entre os acervos arqueológicos e etnográficos, para desconstruir a ideia de descontinuidade temporal, e reforçar a história indígena de longa duração, por meio de uma gestão integrada nas instituições;
- Desenvolver ações na horizontalidade, por meio de exercícios de autocrítica sobre nossos discursos e práticas, eventualmente alicerçados na ideia de "dar voz a". Não se trata de dar voz, mas de sair de cena, desapegar do protagonismo, efetiva e concretamente;
- Reforçar a pauta da consulta às comunidades em todas as esferas das pesquisas e dos trabalhos nas instituições;
- Contemplar a ética na gestão de acervos, especialmente os acervos sensíveis, que seja incorporada pelos códigos de ética da SAB, ICOM, IBRAM, etc.
- Fomentar a participação e engajamentos de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais dentro dos coletivos (GTA e REMAAE), assim como dos museus comunitários geridos por esses grupos;
- Experimentar novos formatos de gestão e curadoria permitindo que essa interação possa acontecer nos diferentes momentos do processo de gestão;
- Implementar processos de gestão e de pesquisa que inverta a ordem dos modelos tradicionais de salvaguarda e comunicação, de modo a possibilitar que os processos se iniciem pela dimensão comunicacional (educação e exposição).

### **GD3. Dinâmicas de Preservação**

- A gestão dos acervos arqueológicos deve ser multidisciplinar, intersubjetiva, intercultural e compartilhada;

- Deve-se encarar a gestão dos acervos arqueológicos de forma processual e em fluxo não necessariamente linear, em oposição à ideia compartimentada das ações;
- As escolhas desencadeadas na gestão dos acervos arqueológicos devem ser orientadas pelos diferentes valores atribuídos ao patrimônio arqueológico - valores individuais, coletivos, institucionais, científicos, históricos, culturais, artísticos, religiosos, dentre muitos outros; e pelo reconhecimento dos diferentes ambientes e espaços nos quais os acervos são salvaguardados;
- Aproximar e ampliar o debate entre os campos da arqueologia, museologia, conservação e restauro, e educação sobre as escolhas técnicas em relação aos acervos arqueológicos como um ato crítico, analítico, que influencia na leitura, interpretação e fruição do patrimônio arqueológico;
- Assumir e incorporar nos processos de registro as subjetividades, ambiguidades e limitações dos protocolos, padronizações e/ou normatizações que envolvem o processo de preservação e gestão do patrimônio arqueológico, evidenciando os motivos e os critérios de escolha de cada etapa, procedimento e outras ações empreendidas;
- As reflexões e embasamentos sobre descarte devem ser incluídos na formulação de políticas públicas. Neste aspecto, torna-se essencial a articulação do debate sobre descarte em conjunção com as áreas da arqueologia, museologia, conservação e restauro, educação, coadunando-se com as terminologias já definidas por essas áreas, registrando os diferentes entendimentos e referências, de sorte a facilitar a comunicação;
- Reforçar a urgência de discussão e definição do conceito de descarte como movimentação, desincorporação, realocação;
- Desenvolver uma visão mais ampla e sistêmica (sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental) na discussão sobre sustentabilidade, que envolve o entorno da instituição (ambiente e comunidade), assim como a reformulação das práticas de coleta e gestão das coleções projetadas para o futuro;
- Fomentar o debate sobre a preservação in situ do patrimônio arqueológico, adaptando diretrizes e protocolos à realidade material e imaterial dos acervos, contemplando ações de valorização do contexto (documental e social) de proveniência das coleções;



- Absorver nos processos de gestão e pesquisa de acervos os avanços teórico-metodológicos das diversas áreas envolvidas na preservação do patrimônio, e, particularmente, expandir a compreensão sobre a conservação-restauração como disciplina que desenvolve pesquisa e procedimentos que visam promover, aprimorar e ampliar a acessibilidade aos acervos, e não restringir seu uso e extroversão.

**Disposições Gerais:**

- Encaminhar para o ICOM-BR e ICOMOS-BR os documentos produzidos pelo Fórum Acervos Arqueológicos;
- Convidar IPHAN e IBRAM para criarem uma agenda de trabalho comum com o GTA e REMAAE sobre a gestão e socialização do patrimônio arqueológico (acervos e sítios musealizados e passíveis de musealização).
- Construir, conjuntamente, mecanismos que estimulem a produção, organização e circulação de dados (estatísticos ou não) sobre as instituições, que permita visualizar as diferenças e similitudes institucionais e regionais de modo a promover estudos e ações futuras.

**Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA – SAB)**  
**Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE)**

Para aqueles que almejam aprofundar o debate, a seguir reproduzimos na íntegra os documentos produzidos pelos Grupos de Debate<sup>1</sup>: GD1 - Institucionalidades; GD2- Significações e Ressignificações e GD3- Dinâmicas da Preservação.

### **GD1: Institucionalidades**

Em sua constituição, o Grupo de Debates devotado ao tema Institucionalidades foi orientado a explorar alguns tópicos, entre eles: políticas públicas; gestão e valores institucionais; missão institucional (teoria e prática), e sobre como a missão institucional está estruturada para garantir a salvaguarda e a comunicação adequadas; políticas de endosso; existência, composição e formação do corpo técnico e docente nas instituições; capacitação profissional; canais de financiamento; articulação interinstitucional; e inserção da instituição nas esferas municipal, estadual e federal. Tendo em vista o tema maior do evento, “Políticas de acervos”, se indagou de que modo esses tópicos incidem sobre tais políticas.

Foram realizados encontros temáticos nos anos de 2020 e 2021, específicos ao GD1, assim como houve encontros de troca entre os GDs 1, 2 e 3. Ao todo foram organizados seis encontros temáticos do GD1, conforme relatado a seguir, e dois encontros gerais entre os três GDs, realizados em 17/12/2020 e 06/07/2021.

#### **24 de setembro de 2020**

Carla Gibertoni e Carlos Costa conduziram a discussão a partir do tema “institucionalidades e legalidade”. Foram pontuadas a singularidade e a diversidade de museus e instituições de guarda e pesquisa de acervos arqueológicos, bem como a atuação do IPHAN como órgão regulador diante desse quadro. Discutiu-se casos de dissonâncias entre os diversos atores que engendram a preservação do patrimônio, como no processo de institucionalização de coleções em universidades. Foi grifado que modelos protocolares ou fechados de institucionalidade podem deixar à margem a historicidade das coleções, das instituições e dos contextos em que esses processos ocorrem.

Aludiu-se às três dimensões de coleções e acervos institucionalizados: aqueles que estão dentro da legalidade, fora da legalidade e os que estão em uma zona limítrofe

---

<sup>1</sup> O conteúdo e sistematização das reflexões e dos produtos apresentados foram elaborados pelos Grupos de Debate e não foram alterados para integrar os anexos da Carta de Disposições do IV Fórum Acervos Arqueológicos.

– ao enfrentar obstáculos para encontrar formas de institucionalização adequadas à sua realidade.

Diante disto, foram levantadas as seguintes indagações: como as normas legais podem expressar diretrizes de gestão dos acervos que contemplem as distintas formas e realidades institucionais? A legalidade promove aproximação e parceria entre instituições reguladoras e instituições de guarda e pesquisa?

### **29 de outubro de 2020**

Neste dia a discussão foi norteada pelo tema “processos curatoriais para a gestão”. Foram delineados três vetores para análise:

1. A herança em relação ao tratamento dos acervos, traduzida na curadoria de coleções associadas a projetos específicos e com procedimentos curatoriais distintos no interior de uma mesma instituição; a temporalidade das pesquisas, que carregam em si as práticas e o olhar teórico-metodológico de coordenadores; e a complexidade de engendrar no escopo institucional uma gestão horizontal dessas distintas realidades.

2. O esgarçamento do conceito de curadoria. Tanto o conceito como as práticas curatoriais tenderam a se alargar no século XX, mimetizando-se em diferentes realidades, como museus de história natural, museus de arte e uma configuração mais contemporânea, cujas fronteiras conceituais não ficam exatamente claras, especialmente quando tratamos de coleções arqueológicas.

3. A formação: a formação de arqueólogues não contempla as particularidades da gestão e tratamento das coleções arqueológicas, em consonância com os desafios contemporâneos da arqueologia e da museologia.

A partir desses três vetores foram discutidos casos específicos, tendo como referência as particularidades institucionais nas quais as pessoas presentes no encontro estavam inseridas. Nota-se, no caso do GD1, a preponderância de profissionais de museus vinculados a universidades, que, por sua vez, têm objetivos bastante específicos. Há de se considerar, igualmente, os museus com diferentes enquadramentos orgânicos e temáticos.

### **11 de dezembro de 2020**

O encontro teve como tema “políticas de acervos e missões institucionais”. Previamente ao encontro foram enviados modelos de políticas que pudessem servir de base ao debate. Foram feitos relatos das experiências dos profissionais presentes sobre suas instituições, havendo bastante ênfase nos processos museológico-curatoriais de

aquisição ou entrada de acervo, especialmente no que toca às políticas de endosso. Outros temas vieram à baila, como a lacuna entre os marcos regulatórios e a “cultura institucional”; as assimetrias entre os processos de documentação – no que concerne à documentação de caráter museológico (supostamente mais administrativa), frente à documentação atinente ao campo da arqueologia (supostamente mais científica); os distintos enquadramentos orgânicos e vinculações institucionais dos museus e laboratórios, que geram tensões em relação às responsabilidades assumidas institucionalmente frente ao patrimônio arqueológico (sobretudo nos organogramas das Universidades).

Observou-se que problemas fundantes ainda estão em debate e pendentes de maior aprofundamento, em se tratando das políticas que deveriam otimizar a gestão do acervo nas instituições. Nesse sentido apontou para a necessidade de distinguir três vetores ou estratos, identificados nas falas: 1. museus de grande vulto com acervos herdados, bem como com procedimentos herdados, aos quais é cabível assumir regimentos ou caminhos institucionais que assentem bases jurídicas aos seus processos museológico-curatoriais em curso (ato de criação, regimento interno, protocolos e planejamento); 2. Unidades acadêmicas, laboratórios, departamentos ou centros de pesquisa arqueológica que produzem acervos; 3. Acervos gerados por políticas de endosso. Esses três estratos ou ambientes demandam avanços e reflexões próprias no que diz respeito às normas que regem seus processos institucionais, de modo a atender às distinções evidentes entre eles.

### **21 de abril de 2021**

“Organogramas e perfis institucionais” foi o tema desse encontro, conforme definido previamente junto ao grupo. Foram relatadas diferentes experiências dos integrantes do GD nas instituições em que atuam. Como desdobramento, foram elencados alguns problemas de maior vulto que, em maior ou menor medida, atravessaram as experiências narradas.

1. A gestão de recursos esbarra no engessamento burocrático do Serviço Público.

2. As instituições/laboratórios estão na ponta dos organogramas, o que incide diretamente sobre as formas de captar e gerir recursos.

3. Os documentos normativos ainda estão defasados, inadequados ou inexistentes. Esse aspecto afeta a autonomia administrativa e torna as instituições mais instáveis frente às oscilações políticas, interna e externamente.



4. As instituições ainda têm pouca identidade museológica, sobretudo nos museus vinculados a universidades.

5. As instituições carecem de maior clareza em relação a sua inserção nos organogramas. Em virtude dessa imprecisão, restam pouco claras as responsabilidades e atribuições do corpo técnico-científico no que toca ao patrimônio arqueológico.

Ainda a partir dos relatos apresentados, e em antecipação ao possível tema do próximo encontro, foi tratado o mote das modalidades de captação de recursos dentre os diferentes desenhos institucionais. Cotejou-se, então, ter havido um momento de relativo “nivelamento” de oferta de recursos à época da intensificação das pesquisas por contrato no país. Um nivelamento que, devido às disparidades profundas entre as instituições e seus quadros, contou com aproveitamentos igualmente díspares.

#### **19 de maio de 2021**

Balanço sobre as discussões realizadas até então, e o tipo de produto a ser produzido para além do relato dos encontros. Chegou-se à proposição de uma carta que pode vir a ser lida por profissionais e interessadas no futuro, na qual seria possível cotejar os temas transversais tratados nos encontros do GD1, e mesclar esse cotejamento a duas referências que levaram à proposta da carta: 1. “O Problema dos Museus”, escrito em 1931 por Paul Valéry; 2. uma fala proferida por Paulo Duarte, em 1969 – e durante a Ditadura Militar portanto –, que versa sobre o atravessamento de momentos sombrios. A proposta foi refletir sobre as estruturas de longa-duração do patrimônio no Brasil, em contraste aos dilemas contemporâneos das políticas de preservação do patrimônio arqueológico no país. Por intermédio das ilações provocadas pelos textos, buscou-se dialogar com um horizonte de possibilidades futuras.

Nesse encontro discutiu-se, igualmente, a possibilidade de diálogo com a palestrante convidada para o eixo Institucionalidades, Denise Pozzi-Escot, de modo a aproximar e enriquecer as discussões a serem produzidas no primeiro dia do Fórum.

#### **09 de junho de 2021**

Esse encontro contou com a presença das convidadas Denise Pozzi-Escot e Rosangela Albán, do Museo de Sitio y Santuario Arqueológico de Pachacámac, no Peru.

Denise apontou para diferenças entre os panoramas peruano e brasileiro, atentando a problemas decorrentes da ausência ou inoperância de normatizações sobre gestão de coleções no Peru, e para o modo como esse quadro leva a uma maior liberdade ou independência na dinâmica interna das instituições, mas incide igualmente na falta de

incentivos e aportes financeiros e em um quadro de maior instabilidade institucional – sobretudo mediante o caráter político de cargos de chefia em muitas das instituições de guarda e pesquisa do país. É trazido à tona, nesse diálogo, o debate já realizado no âmbito do GD1 sobre a identidade das instituições, e a importância de organogramas, regimentos e quadros internos bem configurados.

O relato de Denise reafirmou a importância dos museus de pequeno porte, sobretudo por sua adaptabilidade a novas realidades e sua conexão com comunidades no entorno. São debatidas diferenças no que diz respeito às entidades nacionais de patrimônio e de museus, relatando-se sobretudo a experiência brasileira com IPHAN e IBRAM, e peruana com a Dirección General de Patrimonio Arqueológico Inmueble e Dirección General de Museos. Em especial, são relatadas particularidades da gestão de museus de sítio e das práticas de padronização do recebimento de materiais arqueológicos pelo Museu Pachacámac.

Em diferentes momentos do encontro foi apontada a importância dos intercâmbios entre países da América Latina sobre as experiências em torno da gestão dos acervos arqueológicos. Esses intercâmbios teriam, afinal, grande potência para fazer frente a ameaças vividas no Brasil em tempos recentes, ao se compartilhar estratégias de enfrentamento e ao amadurecer as normatizações, de modo que atendam à diversidade das realidades institucionais e garantam abertura ao desenvolvimento de experiências salutares de gestão.

Como desdobramento das reflexões apresentadas, o GD1 elaborou uma Carta para o Futuro:

### **CARTA PARA O FUTURO DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS**

Brasil, ambiente digital, 30 de agosto de 2021

Colegas do futuro,

Há 90 anos, Paul Valéry dizia:

Não gosto tanto dos museus. Muitos são admiráveis, nenhum é delicioso. As ideias de classificação, conservação e utilidade pública, que são justas e claras, guardam pouca relação com as delícias. [...]

Sinto que me torno detestavelmente sincero. Que fadiga, digo a mim mesmo, que barbárie! Tudo isso é desumano.

[...] Percebo, repentinamente, uma vaga claridade. Uma resposta se esboça em mim, desprende-se pouco a pouco e minhas impressões e pede para se pronunciar.

Paul Valéry, 1931.

Acatando o convite de Valéry, gostaríamos, então, de nos pronunciar e apresentar os nossos dilemas de hoje: não está fácil para as instituições de guarda! Os processos de preservação dos acervos arqueológicos têm fragilidades que não valorizam as historicidades das instituições, do Estado e daqueles que com ele interagem. É preciso respeitar as nossas cicatrizes.

Pessoal, perdemos tempo com frugalidades, poderíamos ter nos ocupado com o futuro dos acervos como herança social. Hoje, muito se fala em curadoria, mas pouco compreendemos para onde isso vai nos levar; é necessário intensificar a formação profissional para lidar com a salvaguarda e comunicação desses acervos. Como chegaram aí no futuro os profissionais que se formaram hoje? Estão dando conta do recado?

Enfim, ainda estamos, hoje, com instituições enfraquecidas e sem tempo para se pensarem. Estamos tão sobrecarregados em resolver ausências operacionais, que, sequer, temos tempo para realizar as finalidades e responsabilidades que justificam a preservação. A sociedade está alheia às instituições...

Instituições estão pegando fogo, mas continuamos no escuro. Estamos apagando incêndios, no meio de uma pandemia e com a democracia em risco. Parece que estamos em um eclipse que não está passando. E vocês aí no futuro, como estão? Vocês têm luz para trabalhar com os passivos que nós deixamos? Ainda resistem, como nós resistimos, em busca de um ideal?

Pois quando há eclipses do ideal, os homens civilizados ficam com medo de o pensamento estar ameaçado de morte. Os eclipses do sol, todavia, não duram mais do que segundos, ao passo que os do ideal podem durar séculos, mas sempre a luz acaba ressurgindo. Atravessamos, neste momento, um período sombrio, mas não duvidemos do reaparecimento da luz.

Paulo Duarte, 1969

Em 2051, como vocês estão?

### **Integrantes do GD1:**

Arkley Marques Bandeira (UFMA)

Carla Gibertoni Carneiro (MAE/USP) | Coordenação GD1 2020

Carlos Alberto Santos Costa (UFRB) | Coordenação GD1 2020/2021  
Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)  
Cristiano da Silva Araújo (UFRB)  
Diego Lemos Ribeiro (UFPEL) | Coordenação GD1 2020/2021  
Gilcimar Costa Barbosa (UNIR)  
Leonardo Machado Lopes (MPEG)  
Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite (IEPA)  
Márcia Maria Arcuri Suner (UFOP)  
Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE/USP)  
Mario Junior Alves Polo (UFRJ) | Coordenação GD1 2020/2021 Rafael  
Guedes Milheira (UFPEL)  
Robson Antonio Rodrigues (UFU | Fundação Araporã)  
Tainã Moura Alcântara (MAE/UFBA)

## **GD2: Significações e Resignificações**

Desde agosto de 2020, a partir da criação dos Grupos de Debate do Fórum Acervos Arqueológicos, membros do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) e da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE) constituíram o GD2. Durante um ano, o grupo reuniu-se periodicamente com o objetivo de refletir sobre significações e ressignificações dos acervos arqueológicos em torno de Políticas de Coleções, tema do evento desta a quarta edição do Fórum.

As contribuições e participações ocorreram de maneira dialógica dentro dos muitos desafios que nos defrontamos frente ao atual contexto pandêmico. Estudantes, profissionais da arqueologia e museologia, com atuação em distintas áreas, de vários locais do país, trouxeram inquietações, contribuições e olhares para a temática. Para conduzir os debates, tivemos o privilégio de contar com as professoras Camila Moraes Wichers (UFG) e Marília Xavier Cury (MAE-USP), e apoio da coordenação do GTA-SAB e da REMAAE, representadas por Daiane Pereira (IEPA), Maurício André da Silva (MAE-USP) e Paulo Otávio Laia (UFOP).

Juntos, o grupo dedicou-se à reflexão sobre Políticas de Coleções a partir dos temas da formação e movimentação de coleções (quem participa desse processo?);

desenvolvimento de ações educativas; práticas e modalidades de valoração; função social, engajamento com as comunidades do entorno e dos territórios de origem dos acervos, e do público visitante; articulação e formação de público nessas instituições; apropriações simbólicas dos acervos pelas equipes das instituições, assim como pelos seus visitantes; protocolos de consulta a “povos tradicionais” e a grupos sociais que se vinculam às coleções; afetividades e emoção; lugares de fala na condução dessas significações e ressignificações pelos profissionais dessas instituições; engajamento ético dos profissionais; experiências de curadoria compartilhada com povos, grupos sociais e culturais e segmentações sociais diversas e indivíduos que participam da arqueologia em outras posições.

Os debates tiveram como questões norteadoras: Os acervos arqueológicos são somente objetos? Como materializar a experiência de vida das pessoas? Como uma política efetiva de acervos arqueológicos pode integrar todas essas dimensões?

Depois dessa caminhada e questionamento coletivo, o que temos para compartilhar são mais questões, inquietações e provocações. A reafirmação da inconstância e flexibilidade do campo e abordagens, a necessidade da consulta aos grupos, a relação das coletividades numa área que foi marcada por guias, roteiros e protocolos limitados a interações. Para essa caminhada de reflexões, sistematizamos três tópicos que traduzem os debates que realizamos no GD2:

### **Tópico 1. Política de Gestão de Acervos: passado – presente – futuro**

Esse tópico envolveu reflexões acerca da formação dos acervos arqueológicos, enfatizando os processos de formação das materialidades abordadas pela arqueologia, no âmbito dos contextos disciplinares e socioculturais do passado mais ‘distante’ ou contemporâneo. Passamos por critérios de seleção no escopo das coletas e estudos arqueológicos, bem como nos contextos ou desdobramentos (ou não) nos processos de musealização e socialização dos acervos no presente. Essa ‘filtragem’, que atua de forma contínua na política de gestão coloca-se como ponto fundamental a ser considerado e problematizado, uma vez que é determinante do futuro dos acervos, pelo seu caráter eminentemente político. Outro desafio a ser observado é que essas políticas atuam a partir de uma noção de tempo marcada pela modernidade ocidental, linear, mas que deve estar aberta a outras temporalidades, num processo de reflexão crítica e reelaboração atualizada.

Entre a representação e autorrepresentação temos distintos, e ora contraditórios, níveis de participação, desde a concepção de projetos e trabalhos de campo até a inserção e/ou entrada das coleções nos museus e instituições de guarda. Discussões acerca dos direitos dos coletivos envolvidos englobam as políticas públicas e a legislação, mas, que certamente devem observar os preceitos éticos, uma vez que existem ações que podemos fazer do ponto de vista legal, mas não devemos, em se tratando também da aplicação dos direitos humanos universais expressos em documentos internacionais.

A noção de acervo arqueológico colocou-se também como central nas discussões, ponto que envolve as coleções e os sítios arqueológicos, mas também as narrativas sobre essas materialidades, seus significados. Herdamos esses acervos de pesquisas que nos precederam, assim como construímos cotidianamente esses acervos, por meio de distintas ações e olhares. Os acervos herdados e os acervos formados no presente, bem como o trânsito entre essas possibilidades, colocam potencialidades e desafios específicos para a ressignificação das coleções.

A (re)significação ocorre em todos os momentos do processo de gestão dos acervos, o que pode ser considerado como potencialidade e fonte de direcionamento para as ações a serem desencadeadas e interligadas. Cabe indagarmos quais são os agentes envolvidos no processo de gestão e como atuam, bem como nas diferentes temporalidades envolvidas na gestão dos acervos. Quais significações são determinantes nas decisões em torno dos acervos?

No que se refere aos acervos herdados, que já estão em nossas instituições, estão sendo recontextualizados? E no presente, como estamos gerando coleções? De especial importância é compreendermos que os acervos arqueológicos são formados por materialidades (coleções e sítios arqueológicos) e narrativas plurais, ou seja, discursos. Como temos registrado esses discursos e inserido na documentação arqueológica e museológica?

Como os processos de (re)significação podem ser pensados e incluídos nas diferentes etapas da pesquisa arqueológica, do campo à extroversão e à comunicação, de forma flexível e plástica, considerando métodos e ações? Para tanto, é necessário lidarmos com as lacunas entre os sistemas de gerenciamento de coleções arqueológicas (instituições de guarda, IPHAN, IBRAM, órgão estaduais e municipais, arqueólogos, museólogos e profissionais de museus e outras instituições) no país, que precisam ser

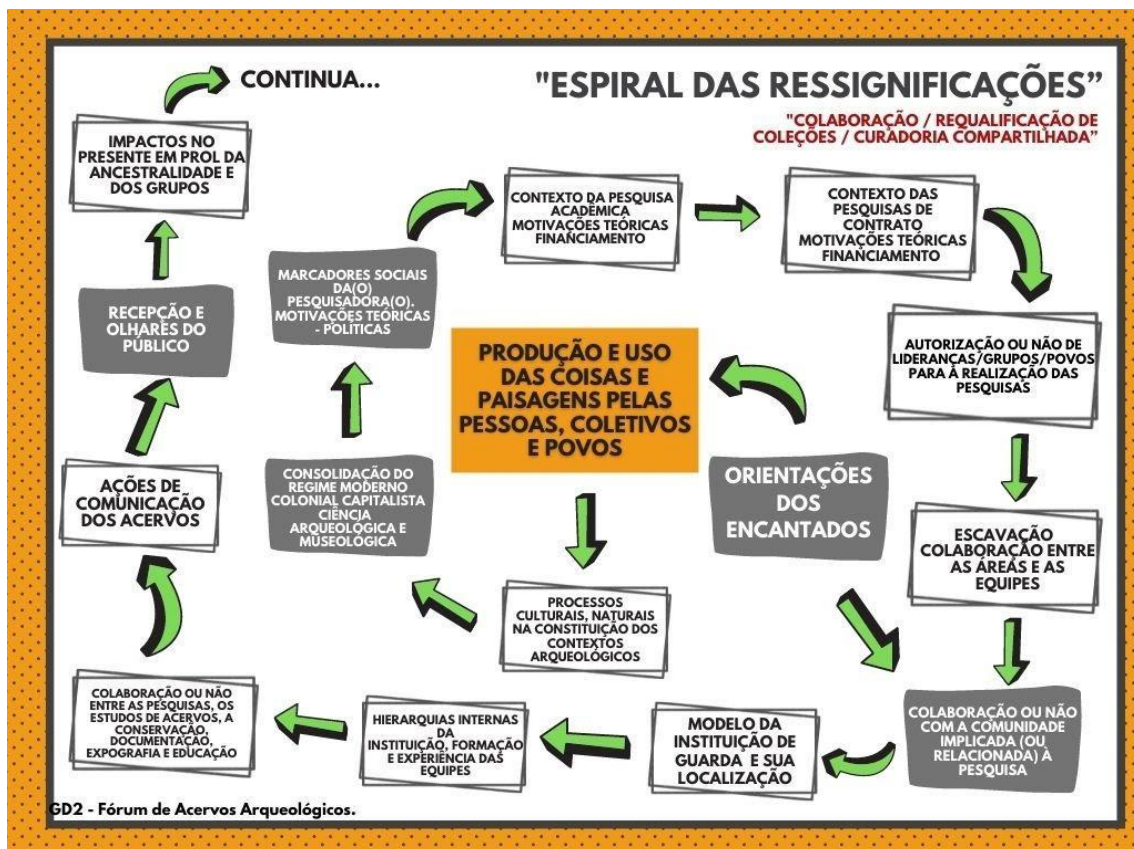
enfrentadas para possibilitarmos a democratização pelas significações dos acervos arqueológicos.

A categoria acervo historicamente insere as coisas na colonialidade, indicando a necessidade de um olhar atento para anunciar e revelar violências contra povos por meio dos acervos herdados, mas contemporâneos. Como podemos lidar com isso?

## **Tópico 2. Colaboração / Requalificação de Coleções / Curadoria Compartilhada / Outras metodologias horizontalizadas de participação**

As pesquisas das ciências do patrimônio, como a arqueologia, museologia, conservação e educação, entre outras, possuem como potencialidade, serem feitas em grupo e com grupos sociais e culturais. Como ocorrem esses trabalhos e quais as suas dinâmicas, quais os jogos de forças e negociações entre as áreas e agentes, e como são compreendidos os processos horizontais na tomada de decisão, são algumas das perguntas que demandam atenção e transição para uma mudança.

A compartimentação dos saberes e atuações são marcadores de exclusões culturais, sociais, raciais, de classe, gênero, sexualidade e identidade. As significações e ressignificações da arqueologia se constituem, em grande parte, de forma compartimentada e segmentada. Questionar essa segmentação das (re)significações e as hierarquias na prática arqueológica por meio dos marcadores sociais da diferença, visa transformar uma realidade que continua excludente, o que se reflete na forma como identificamos e gerenciamos os acervos.



Conteúdo GD2. Elaboração gráfica: Elloá de Souza Lima (bolsista MAE-USP) e Maurício André da Silva (MAE-USP).

A espiral das ressignificações - inspirada na forma como os/as Guarani Nhandewa organizam o tempo “o passado está no presente” - pode nos ajudar a entender que no processo de gerar e gerir acervos arqueológicos, somos somente mais um em um longo e diversificado processo de significações das coisas, ao mesmo tempo que a espiral mobiliza os agentes envolvidos a ocupar outras posições e articulações, uma dinâmica que a espiral, como conceito, nos permite. O tempo linear moderno imputado nos acervos e contextos arqueológicos somente corrobora para práticas coloniais, apoiadas em uma superioridade ilusória da ciência ocidental, uma hegemonia que se perpetua, mas que pode ser deflagrada, com a participações diversas.

Cabe questionarmos: quais agentes e significações são considerados nas políticas de coleções e compreendemos que as (re)significações são constantes e plurais, em espiral, na academia e fora dela, por profissionais e não profissionais do patrimônio. Esse movimento incute o reconhecimento de que especialistas não são donos/as e nem detêm a verdade sobre os acervos e contextos arqueológicos e que os públicos participam



ativamente das significações e também possuem (contra)narrativas a serem consideradas nesse processo.

Dessa forma, a espiral reforça a necessidade da continuidade/revisão dos procedimentos curatoriais das coleções obrigatoriamente atrelados à constituição de um espaço democrático e engajado com a justiça social, de forma que possibilite a horizontalização das tomadas de decisão sobre a gestão e (re)significação dos acervos arqueológicos, ao passo que a horizontalização é expressão da democracia efetivamente.

É preciso pensar nas diferentes formas e níveis de colaboração e partilha, desde a concepção dos projetos. Nesse sentido, como na criação e no gerenciamento de acervos arqueológicos pode/e vai apresentar conflitos e negativas, e como realizamos os processos de escuta que considerem decisões discordantes? Como praticar a negociação e construir acordos? E como a academia e os órgãos legais se posicionam frente à relação de diferentes coletivos humanos com a materialidade musealizada ou em vias de musealização, nessas situações de diferenças?

A Kujã Dirce Jorge Lipu Pereira, liderança Kaingang do oeste paulista, nos ilumina com algumas questões nesse sentido.

“Pra quem lida, pra quem está no museu, porque o museu também para nós é uma casa sagrada. Então, a gente sempre está falando de respeito, com tudo o que vocês pegarem: pede licença, “aí eu vou pegar uma peça: oh, me dá licença! Eu vou te pesquisar, eu vou te ver, vou pegar”.  
Dirce Jorge Lipu Pereira, 2016

Como equacionar as contradições entre a arqueologia e a política patrimonial, marcadas pelo cientificismo e pela naturalização da ideia de preservação, com as (re)significações no presente, considerando diferentes temporalidades e historicidades? Processos compartilhados possuem diferentes participações (formas, níveis, representações, linguagens etc.). Como o poder de decisão de um processo está distribuído/considerado em um projeto? Estamos abertas/os ao alerta e orientações de Dirce Kaingang? Escutar pode significar não fazermos a “nossa ciência”? Precisamos tensionar as ações e trabalhos e colocar a comunicação e o diálogo em todo o processo de pesquisa.

### **Tópico 3. Público de Museus: formação – ações – comunicação / Educação e comunicação: responsabilidades, interdisciplinaridade e as distintas segmentações sociais**

Os acervos arqueológicos possuem uma vasta, rica e complexa potência comunicacional, de acordo com as instituições de guarda, museus e laboratórios, essa característica pode se ampliar significativamente. Nesse sentido, é crucial para a política de acervos considerar os diferentes públicos que os acervos alcançam ou não por meio de suas ações.

Existe uma gama enorme de como os processos de comunicação são compreendidos na produção dos acervos arqueológicos, para citar apenas alguns, a arqueologia pública, educação museal, a educação patrimonial, a socialização do patrimônio arqueológico, a curadoria arqueológica, a musealização da arqueologia, entre outras. São abordagens com histórico e inspirações teóricas das mais distintas, ao serem escolhidas indicam o compromisso e o posicionamento político das pesquisas para aquele determinado contexto e um determinado lócus na interface entre os campos da arqueologia, museologia, conservação e educação.

Em todas essas vertentes o desafio é promover ações que considerem diferentes públicos das regiões onde as pesquisas são desenvolvidas, como as áreas onde estão inseridas as instituições de guarda. O desafio também se coloca em entender quem são nossos públicos nesses espaços, nossos não públicos (aqueles/aquelas que ainda não interagem conosco) e por fim a discussão dos contrapúblicos. Nossos trabalhos já anteveem um determinado público potencial de diálogo, como por exemplo escolas, professores/as e lideranças comunitárias, porém podemos pensar em estratégias que rompam com essa pré determinação e trabalhem com os processos identitários promovidos de forma mais fluida e aberta. Nesse mesmo sentido, o desafio da política é considerar nessa dialogia os diferentes marcadores sociais da diferença que nos constitui e os coletivos que trabalhamos como classe, raça, geração, gênero, sexualidade, entre muitos outros.

Esses trabalhos também demandam uma maior simetria entre as práticas disciplinares e os conhecimentos tradicionais, da mesma forma uma maior abertura da arqueologia e da produção dos acervos para os trabalhos de comunicação. Como política precisamos romper com o problema dos trabalhos comunicacionais em qualquer campo disciplinar ser considerado algo menor, uma não ciência. Importância do movimento de

invertemos a ordem do processo de pesquisa e da produção de acervos. Por que não iniciar uma pesquisa arqueológica pela sua vertente comunicacional antes de escavar? Qual o motivo dos trabalhos educacionais sempre serem colocados no final? O que isso nos informa sobre a colonialidade ainda vigente? Uma exposição ou ação de educação não pode gerar uma mudança estratégica na gestão de acervo?

As áreas citadas acima do campo comunicacional dos acervos são consideradas “ciências moles”. Entretanto, são elas que podem de fato tocar o outro, pois estão implicadas com as subjetividades (significações) e com as existências humanas que compõem a diversidade e as diferenças como patrimônios vivos. Dessa forma, são capazes de realizar uma transformação social eficaz. Essas ações deixam rastros educacionais, as “hard sciences” para chegarem na sociedade e se tornarem relevantes precisam no mínimo passar pela divulgação científica, se amolecerem, mas esta não é a única possibilidade possível, por isso mantemos não somente a esperança, mas muito trabalho social estreitamente relacionado à arqueologia.

Referências.

PEREIRA, Dirce Jorge Lipu. “Preservação da cultura Kaingang pelo conhecimento dos antepassados”. In: **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. – São Paulo: CRP SP, 2016, p. 53-57.

**Integrantes do GD2:**

**Coordenação:**

Camila Moraes Wichers

Marília Xavier Cury

**Articulação:**

Daiane Pereira - GT Acervos

Paulo Laia - REMAAE

Maurício André da Silva - REMAAE

**Convidada:**

Dirce Jorge Lipu Pereira - Kujã e liderança espiritual Kaingang, Terra Indígena Vanuíre, do oeste de São Paulo

**Participantes:**

Claudia Inês Parellada

Silvana Zuse

Bruno Pastre Máximo  
Mariana Zanchetta Otaviano  
Marcia Bezerra  
Cláudia Oliveira  
Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro  
Mônica Almeida Araújo Nogueira  
Rebeca Ribeiro Bombonato  
Helena Lima  
Mariana Petry Cabral  
Marcelle Rolim de S. Lima  
José Felipe Ludolf Hansen Lassance  
Danielly Morais Rocha Marques

### **GD3. Dinâmicas de Preservação**

#### **1. INTRODUÇÃO**

No contexto das ações preparatórias para o IV Fórum Acervos Arqueológicos, o Grupo de Debates 3 – Dinâmicas de Preservação, realizou oito encontros entre os dias 02 de outubro de 2020 e 26 de agosto de 2021. Todas as reuniões foram realizadas de forma virtual devido à situação de emergência provocada pelo covid-19.

O GD3 foi coordenado pela Dra. Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia) e pelo Dr. Jaime Mujica Sallés, (Coordenador geral do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas). A Dra. Grasiela Tebaldi Toledo e a Dra. Silvia Cunha Lima foram as representantes da organização do IV Fórum Acervos Arqueológicos que deram suporte à realização dos encontros e discussões.

No momento das inscrições, realizamos uma breve pesquisa a respeito do perfil das participantes. Tivemos inicialmente 32 pessoas inscritas neste Grupo de Debate, abrangendo as áreas da Arqueologia, Antropologia, Conservação-Restauração e Museologia, entre discentes e profissionais de 23 instituições, representando ao Distrito Federal e 11 Estados. Deste total, 21 pessoas responderam ao questionário.

As instituições inicialmente representadas foram: Centro Nacional de Arqueologia (CNA); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); TEMAS

Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Laboratório de Conservação Restauração e Reabilitação (UFPA); Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (UFMG); Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (UFOP); Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (UFPel); Museu da Amazônia (MUSA); Museu de Arqueologia e Etnologia (UFBA); Museu de Arqueologia e Etnologia (UFSC); Museu de Arqueologia e Etnologia (USP); Museu Histórico de Santo Inácio; Museu Nacional (UFRJ); Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Programa Erasmus: Mestrado Europeu em Ciência dos Materiais Arqueológicos; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal Fluminense (UFF).

Sobre as expectativas em relação ao GD3, as participantes responderam: conhecer novas práticas e experiências na conservação de acervos arqueológicos; compartilhar informações através do diálogo entre instituições; debater a conservação in situ e a conservação na musealização de sítios; discutir protocolos e perspectivas contemporâneas da Conservação, como os processos colaborativos; discutir conservação e arqueologia e sua vinculação com as comunidades afetadas.

Dentre as pessoas inscritas, mais de 70% trabalham diretamente com acervos arqueológicos (fig. 1). A maior parte indicou atuação no contexto de sítio arqueológico, museu e laboratório, aparecendo em menor número outros tipos de atuação (fig. 2). Sobre as áreas de atuação, a maior parte das pessoas inscritas atua em Conservação (47%), seguido de Arqueologia (40%) e Museologia (13%).

Figura 1 – Respostas correspondentes à pergunta “Você trabalha com coleções arqueológicas?” do formulário GD3.

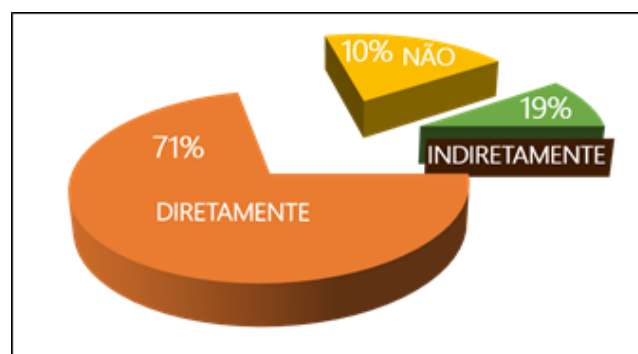


Figura 2 – Respostas correspondentes à pergunta “Se sim, em que contexto?” (continuação da pergunta anterior) do formulário GD3.

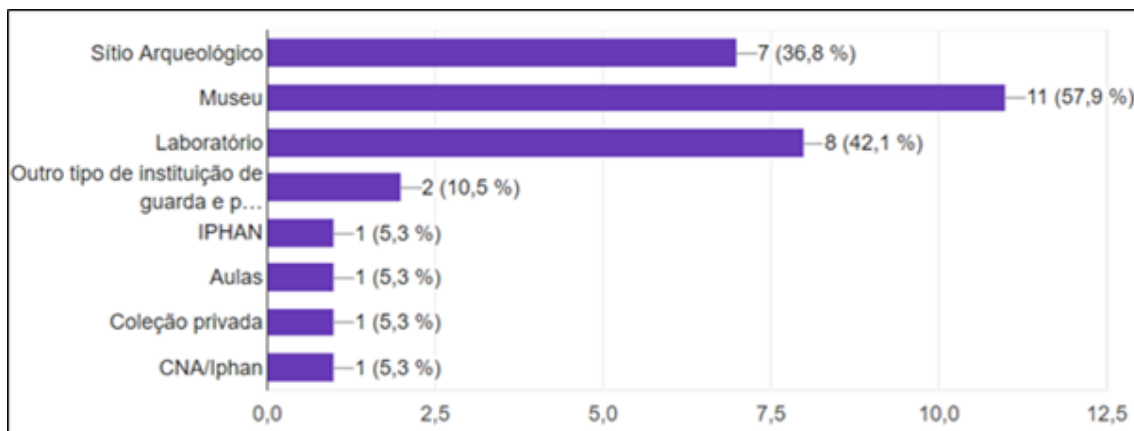
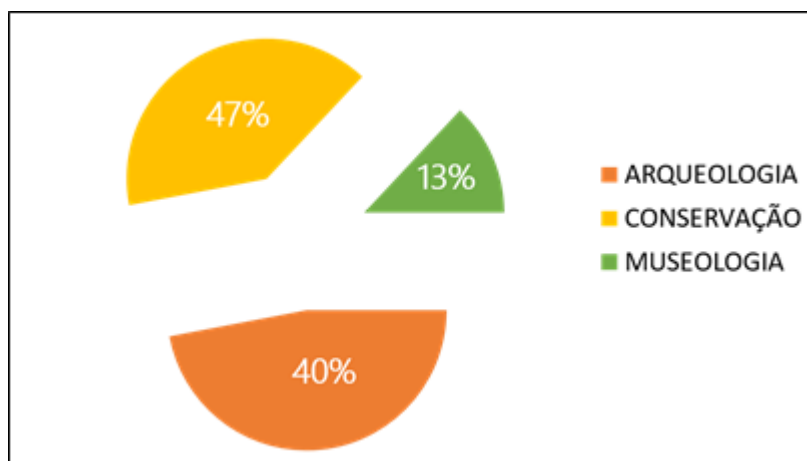


Figura 3 – Respostas correspondentes à pergunta “Que tipo de atividade desempenha?” do formulário GD3.



## 2. METODOLOGIA E DISCUSSÃO

Para cada encontro, foi definido um tema, uma pergunta norteadora e uma pequena bibliografia de apoio à discussão, conforme pode ser visto no resumo a seguir.

### ENCONTRO 1 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO

Data e hora:

02 de outubro de 2020 - 14:00 h

Apresentação dos coordenadores

Apresentação da proposta de trabalho e cronograma

Espaço para discussão

Número de participantes: 30

## ENCONTRO 2 - CONSERVAÇÃO FÍSICA E SIMBÓLICA

Data e hora:

11 de novembro de 2020 - 14:00 h

Número de participantes: 17

Questões norteadoras:

Que atributos escolhemos preservar? Que valores privilegiamos?

Textos para discussão:

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de; GRANATO, Marcus. A noção de integridade aplicada à conservação e restauro de bens culturais móveis: alguns antecedentes e desdobramentos. *Revista CPC*, n. 23, p.93-113, ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119996/131187>

LESSA, Andrea. Do pó viemos e ao pó retornaremos: pontuando reflexões sobre preservação de remanescentes esqueléticos arqueológicos humanos. In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento Campos; GRANATO, Marcus (Org.) *Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p. 233--252 Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_livro\\_desafios\\_e\\_estudos\\_de\\_caso/pdf/12%20Andrea%20Lessa.pdf](http://site.mast.br/hotsite_livro_desafios_e_estudos_de_caso/pdf/12%20Andrea%20Lessa.pdf)

SILVA, Fabíola Andréa; LIMA, Silvia Cunha. Etnoarqueologia, conservação arqueológica e a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico na Amazônia: a cerâmica arqueológica dos Asurini do Xingu, Pará. *Revista de Arqueologia da SAB*, v. 28, n. 1, 2015, p. 123-142. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/419>

Textos e informações complementares:

CLAVIR, Mirian; MOSES, John. Caring for sacred and culturally sensitive objects. In: *Preventive conservation guidelines for collections*. Ottawa: Canadian Conservation Institute, 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/caring-sacred-culturally-sensitive-objects.html>.

RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*. 2 ed. Canberra: Collections Council of Australia Ltd, Australian Government through funding from the Department of the Environment, Water, Heritage and the Arts, 2003. Disponível em: <https://www.arts.gov.au/sites/g/files/net1761/f/significance-2.0.pdf>.

DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: Sobre A Preservação Do "Spiritu Loci". Québec, Canadá, 4 de outubro de 2008. Disponível em: [https://www.icomos.org/quebec2008/quebec\\_declaration/pdf/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf).

## RESUMO DA DISCUSSÃO

### ATRIBUIÇÃO DE VALOR E INSTITUCIONALIDADE

§ A escolha sobre que valores privilegiar está diretamente ligada ao que a instituição objetiva a partir de seu acervo, sendo assim não é uma escolha individual, mas institucional, que pode variar de acordo com a maneira que se deseja trabalhar com as coleções.

§ Pensar diferenças entre valores atribuídos a uma coleção como um todo (por vezes fragmentos) X valores atribuídos ao “objeto único”.

§ Pensar os museus e outras instituições de guarda de coleções arqueológicas e sua relação com a atribuição de valor envolve pensar nesses espaços como “museus da história das coleções” (exemplo: Museu Paraense Emílio Goeldi).

§ Definir melhor para que e para quem preservar nos projetos de arqueologia e salvaguarda.

§ Nesse sentido, foi ressaltada a importância da elaboração e implementação das políticas de acervos que identifiquem e contemplem os valores atribuídos institucionalmente.

§ Quem atribui valores? Como considerar diferentes valores no processo de documentação, desde o campo?

§ Valores simbólicos – significados e sentidos que desconhecemos – importância do trabalho colaborativo. Como integrar o tangível ao intangível, valor simbólico, conceitual?

§ Valores científicos e escolhas políticas. Dentro das instituições de guarda o valor científico ainda é determinante.

§ Privilégio do valor científico – isso tem mudado, mas ainda no Brasil há uma ausência de reflexão sobre, talvez devido à falta de conservadores nas instituições e projetos.

§ Atuar na preservação dos atributos, valores atribuídos pela sociedade – interdisciplinaridade e gestão compartilhada.



§ Escolha de valores impõem afirmações políticas também. Múltiplos atores que determinam múltiplos valores.

§ Problema histórico, político e orçamentário.

§ Articulação dos objetos para pensar na atribuição de valores. Atuação interdisciplinar exige um vocabulário comum. Problema da documentação histórica, fragmentada.

#### ATRIBUIÇÃO DE VALOR E A DINÂMICA DAS DISCIPLINAS CIENTÍFICAS

§ As dinâmicas científicas originam mudanças de olhar por parte de profissionais e instituições e geram novas questões a serem respondidas. Essas novas questões, por sua vez, devem originar novas práticas.

§ No que se refere às coleções arqueológicas, devemos atentar para a relação dessas com as questões políticas e éticas de incorporação de novos atores à gestão dos acervos. Nesse sentido, devemos nos preocupar, também, em considerar valores escolhidos por esses atores, e não somente aqueles tradicionalmente atribuídos pelas instituições.

§ Novas funções, usos, mudam os valores ou integridade que será predominante ou determinante nas escolhas de tratamentos, sejam conservativos ou curativos.

§ Tratamento de coleções ao invés de objetos isolados, permite destacar ou revelar outras camadas de significado e propor tratamentos mais coerentes com o conjunto.

§ Cada caso é um caso X políticas de acervos dar preferência ao tratamento de coleções, a curadoria de coleções e não de peças únicas, ou isoladas, sejam tratamentos preventivos ou curativos.

§ Atribuição de valor – raras vezes é a conservadora quem atribui ou elege.

#### ESPECIFICIDADES DAS DISCIPLINAS X INTERDISCIPLINARIDADE

§ “Dilemas da materialidade”.

§ Como a Conservação lida com as questões simbólicas?

§ Foi ressaltada a importância de pensarmos o objeto sem a dicotomia material X imaterial, tangível X intangível, ou seja, de buscarmos extrapolar essas dicotomias tão tradicionalmente utilizadas pela Conservação e por outras disciplinas afins.

§ A Arqueologia escolhe ou não o que vai selecionar/coletar?

§ Arqueologia faz parte do que podem ser consideradas as “ciências do patrimônio”.

§ A Arqueologia trabalha primordialmente com valor científico dos objetos, e são as disciplinas que atuam na musealização/gestão das coleções arqueológicas que atribuem outros valores, como o cultural?

§ Importância de entender os limites de cada disciplina envolvida na gestão dos acervos arqueológicos e, ao mesmo tempo, ampliar a interdisciplinaridade.

§ Trabalhar de maneira mais dinâmica e efetiva a documentação associada como forma de revelar, apresentar, narrar, outros valores.

§ Às vezes, ao trabalhar com coleções é comum que ‘novos objetos’ aflorem dentro do conjunto, do ponto de vista expositivo ou mesmo para a pesquisa científica.

§ Interdisciplinaridade também na geração de documentação – para evitar documentação duplicada ou duplo trabalho, por exemplo, ao fazer foto do objeto, fazer levando em consideração outros usos.

§ Repatriamento – geralmente não é a conservadora que não quer devolver, a conservadora é aquela pessoa que buscará soluções para os encaminhamentos propostos. Seja para repatriamento, gestão compartilhada, resgate em campo, ou acondicionamento em reserva técnica.

### **ENCONTRO 3 - HISTÓRIAS DE VIDA DOS OBJETOS**

Data e hora:

16 de dezembro de 2020 - 14:00 h

Número de participantes: 13

Questão norteadora:

Como e por que acessar a biografia dos objetos?

Textos para discussão:

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Objetos em museus: acompanhando trajetórias, mapeando conceitos. *Museologia e Patrimônio*, v. 11, n. 2, 2018, p. 171-188.

Disponível em:  
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/705/656>.

BONNOT, Thierry. Itinerário Biográfico De Uma Garrafa De Sidra. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; RUOSO, Carolina (Org.), Recife: Fundação Joaquim Nabuco:

Editora Massangana, P: 121-151, 2015. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/40015594/2015\\_Museus\\_e\\_Patrim%C3%B4nio\\_Experi%C3%A2ncias\\_e\\_devires\\_DUARTE\\_C%C3%82NDIDO\\_and\\_RUOSO\\_orgs\\_](https://www.academia.edu/40015594/2015_Museus_e_Patrim%C3%B4nio_Experi%C3%A2ncias_e_devires_DUARTE_C%C3%82NDIDO_and_RUOSO_orgs_).

FRIBERG, Zanna; HUVILA, Isto. Using object biographies to understand the curation crisis: lessons learned from the museum life of an archaeological collection. *Museum Management and Curatorship*, v. 34, n. 4, 2019, p. 362-382. Disponível em:  
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09647775.2019.1612270>.

Textos e informações complementares:

Projeto Conversas com Objetos. Goethe-Institut São Paulo, Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/museugoeldi/videos/847252068746890/?v=847252068746890>.

MAI – Museu de Arqueologia de Itaipu. Inventário Participativo: Pessoas e Memórias. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/inventario-participativo-\\_pessoas-e-memorias.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/inventario-participativo-_pessoas-e-memorias.pdf).

## RESUMO DA DISCUSSÃO

§ Análise do objeto:

- Descrição (observação do objeto) – substância; conteúdo; formal.
- Dedução (relação objeto/observadora) – sensorial; intelectual; emocional.
- Especulação (observadora) – teorias e hipóteses; programa de pesquisa.

§ Mapa conceitual – aprendizagem significativa – só ocorre quando são atribuídos sentidos (à conceitos e proposições científicas) por meio de relações com conceitos e proposições conhecidas (Pateira, 2016, p.384).

§ Ferramenta de estudo em museus – combinação de:

- Mapa conceitual + estudos de cultura material + abordagem biográfica.

§ Propicia compreensão das dinâmicas, expondo relações genéricas e específicas.

§ The whole collection is treated as an object and focused its museum life.

§ Percepção do problema – biografias fragmentadas entre: antes da musealização, processo de curadoria, extroversão ou ressignificação.

§ Importância da interdisciplinaridade nas diferentes etapas dos projetos e na tessitura do mapeamento conceitual.

§ Mapeamento conceitual X estrutura de banco de dados – o banco de dados deveria refletir o mapa.

§ Como inserir dados de outras narrativas no banco de dados Tainacan e outros repositórios?

§ Influência dessas outras narrativas nas escolhas relacionadas à conservação preventiva e ou curativa.

§ Biografias fragmentadas.

§ Como apontam as autoras e autores, uma biografia é sempre parcial: escolhas; biografias fragmentadas repercutem na gestão dos acervos.

§ Interdisciplinaridade é estratégia para suspender a fragmentação.

§ E a realidade das instituições: é interdisciplinar? Quem participa dos projetos e em que etapas?

§ Exemplo: Museu Goeldi, hierarquia, palavra do arqueólogo é a final; fragmentação feita pelos próprios arqueólogos; questões institucionais.

§ Exemplo: Museu da Amazônia: trabalho arqueologia + museologia muito produtivo = desafios de uma documentação em diferentes níveis.

§ Primeiro trabalho interdisciplinar; documentação extensiva.

§ Institucionalidade pode beneficiar ou prejudicar a gestão dos acervos.

§ Exemplo: Museu de Itaipu, tutela do Ibram, Tainacan, digitalização, ficha de Word para Tainacan = adaptação dos dados. Pensar em documentação para evitar retrabalho na hora de colocar na base de dados.

§ Conservadora-Restauradora ainda é vista como técnica auxiliar.

§ Ingerência da institucionalidade.

- § Como inserir dados que não sejam somente da vida do objeto no museu?
- § Abrir banco de dados para construção de narrativas externas.
- § Como fazer biografia de cada objeto? É difícil fazer até mesmo de cada coleção.
- § Preservar é dar acesso, é facilitar.
- § Tempo para pesquisa, política de coleções devem normalizar essas questões, retorno dos pesquisadores externos.

**ENCONTRO 4 - ACOMPANHAMENTO DAS TRAJETÓRIAS DOS OBJETOS  
DO CAMPO À EXTROVERSÃO / INTEGRAÇÃO ENTRE ETAPAS DA  
SALVAGUARDA (CONSERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E EXPOGRAFIA) E  
OS ESTUDOS DE CURADORIA**

Data e hora:

10 de março de 2021 - 14:00 h

Número de participantes: 15

Questão norteadora:

Quais as melhores estratégias para transformar o objeto arqueológico numa ferramenta de mudança do presente?

Textos para discussão:

BANDEIRA, Arkley Marques. Gestão das coleções arqueológicas da Casa da Memória Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, em São Luís. Revista de Arqueologia Pública, v. 11, n. 2, p. 138-152, nov./2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649794>.

RIVERO, Gastón Lamas; BLASCO, Jimena; VILLAMARZO, Eugenia. Reflexiones acerca de la relación entre arqueología, museo y colecciones en Uruguay. Revista del Museo de Antropología, v. 12, n. 3, p. 23-34, 2019. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/article/view/21698/28754>.

LIMA, Helena Pinto; ANDRADE, Ellen Barbosa; SILVA, Carlos Augusto da. Gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia: desafios da curadoria compartilhada nas redes do Tupé, Manaus – Amazonas. Revista de Arqueologia Pública, v. 11, n. 2, p. 114-137, nov./2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649677/17166>.

Textos e informações complementares:

CHILDS, Terry S.; CORCORAN, Eileen P. Managing Archeological Collections. Washington, DC.: Archeology and Ethnography Program, National Park Service, 2000. Disponível em: <https://www.nps.gov/archeology/collections/index.htm>

#### RESUMO DA DISCUSSÃO

§ Diversidade de acervos = diversidade de demandas e desafios para a gestão; suporte de laboratórios e setores de ensino, pesquisa e extensão às ações; no caso da pesquisa, também produção a partir da gestão.

§ 3 textos que descrevem relatos de experiências em diferentes instituições.

§ Importante para vermos a complexidade da gestão e a necessidade de que esta seja compreendida como processo.

§ Descrição de ações técnicas, mas que são atravessadas por questões maiores, como identidade, pertencimento e outros fatores (ou seja, gestão não envolve só os acervos, mas territórios, grupos, etc.).

§ A gestão envolve muitos níveis e muitos atores.

§ Nesse sentido, pensar estratégias significa incorporar, quando possível, essas outras questões, vozes, atores. Aqui vemos a importância de saber pensar/elaborar metodologias participativas para diagnóstico e levantamento de dados.

§ Qual nosso limite de atuação? Ele existe? Dividir responsabilidades pode ser uma estratégia positiva para todas as pessoas envolvidas.

§ Ambiguidades: coleta X colecionismo.

§ Apropriação X socialização.

§ Legislação de salvaguarda de bens públicos.

§ Lima e Parente 2009 – não há unanimidade sobre o que deve ser objeto de políticas de salvaguarda, sobre como gerir o patrimônio e quais os critérios a serem utilizados ou mesmo por fazê-lo.

§ Impacto causado pela presença da universidade em comunidades tradicionais (agência e objeto).

- § Pensar parcialidade das escolhas técnicas.
- § A técnica é colocada como ação sem reflexão.
- § Elevar a técnica a ato crítico/analítico/reflexivo.
- § Demanda das comunidades é realidade regional, que por isso varia.
- § O compartilhamento “desafoga” profissionais e relativiza problemas.
- § Projeto de réplicas contribui com informações e formas de protocolo.
- § Repatriação Marajoara.
- § Importância do projeto do Goeldi.
- § Desafios da gestão compartilhada.
- § Caso das vasilhas Assurini: ganhos e perdas = balança! Negociação.
- § Por que a realização de certas etapas de curadoria? Por que das escolhas? Por que um e não outro?
- § Pesquisadores influenciam na leitura e interpretação dos públicos, inclusive em relação a recursos.
- § Reconhecimento do material como reconhecimento político = impacto.
- § A partir dos exemplos, vemos que a técnica pela técnica não se sustenta.
- § Pensar que a técnica está relacionada e condicionada a outros fatores.
- § Pensar a técnica como ação crítica não significa minimizá-la, ao contrário.
- § Entender que o processo é complexo e que envolve escolhas.
- § Arqueologia planeja sua pesquisa. E as outras áreas, conseguem planejar sua ação no contexto da pesquisa arqueológica?
- § Planejamento exige tempo que nem sempre é dado ou respeitado.

- § Importância da política de acervos.
- § Re-transformar objeto em ferramenta/instrumento social.
- § Processo dinâmico.
- § Abrir processos.
- § Ações técnicas e suas implicações – identidade, pertencimento, conflitos (áreas de tensão).
- § Complicado criar alternativa se não existe um critério.
- § Processo de gestão e curadoria compartilhada podem ser uma abertura para resolver a ‘crise dos acervos’, desde que haja critérios e parâmetros previamente estabelecidos.
- § Sente-se falta de reflexão sobre a musealização da arqueologia.
- § Coleção Marajoara no Goeldi – projeto para criar novas interfaces: trazer os artesãos, sensibilização de ambas as partes, troca e replicação de conhecimentos.
- § Protocolos reproduzem visões políticas.
- § Ideia de sociedade complexa no Brasil para o objeto, igualmente complexo.
- § Profissionais também precisam complexificar ações/atuação.
- § “Desmanualizar” a Conservação.
- § Banco de dados relacional – quais dados você relaciona?
- § Importância de explicar, deixa claro o porquê das etapas e o que é cada uma delas.
- § O que é relevante do processo de curadoria – quais são as informações que devem ser registradas?
- § Resignificação dos objetos passa também por uma resignificação dos registros, documentação
- § Manual com explicação dos critérios, e não das técnicas – o que é relevante?



§ Percepção do problema, da falta de explicação de nossas escolhas e do impacto de nossas ações.

§ Ações como fração de tempo na vida dos objetos, coleções.

§ Antropoceno e o impacto ético de transformar ‘tudo’ em pesquisa e conhecimento.

§ Visão comum muito equivocada do conservador como limitador, fruto da falta de profissionais nas instituições.

§ Repatriação: dar acesso, não necessariamente “devolver”, qual e que tipo de acesso? Físico, verbal, documental?

§ Sob qual disciplina (área)? Como podemos unir - reunir e dar significado (e ressignificar)?

### **ENCONTRO 5 - DOCUMENTAÇÃO INTEGRADA DE TODO PROCESSO CURATORIAL**

Data e hora:

28 de abril de 2021 - 14:00 h

Número de participantes: 14

Questão norteadora:

O sistema de documentação garante as futuras ações de conservação, interpretação e extroversão?

Textos para discussão:

EWBANK, Cecília de Oliveira Ewbank; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por detrás de uma coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro: vozes, silêncios e desafios. MIDAS [Online], v. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/1233>.

WICHERS, Camila A. de Moraes. “Todo mundo ficou com medo desse caco”: práticas de colecionamento e colonialidade na formação da Coleção da Lagoa Miararré, Xingu. In: PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manuel (org.). Coleções étnicas e museologia compartilhada. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p. 67-101. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/colecoes\\_etnicas.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/colecoes_etnicas.pdf).

Textos e informações complementares:

Guía para el inventario, catalogación y documentación de colecciones de museos. Arqueología, arte, etnografía e historia. Ministerio de Cultura, Museo Nacional de Colombia, Red Nacional de Museos, 2004. Disponível em: <http://www.museoscolombianos.gov.co/fortalecimiento/comunicaciones/publicaciones/Documents/guiainventario.pdf>

## RESUMO DA DISCUSSÃO

§ Os tempos dos distintos processos que conformam a gestão das coleções arqueológicas são significativamente distintos, por exemplo, quando comparada a etapa de coleta no campo com a curadoria e incorporação das informações no banco de dados.

§ A não incorporação de informações culturais na biografia das coleções pode levar a práticas equivocadas durante a extroversão das mesmas.

§ O comprometimento do potencial de extroversão de muitas das coleções existentes nos museus pela carência ou deficiência nos registros, e também por uma estratégia de ocultamento de determinados registros considerados “inconvenientes”.

§ A necessidade de criar campos específicos na documentação referente ao estado de conservação dos materiais, que caracterizam de uma forma menos subjetiva o mesmo. Portanto a cooperação de conservadoras-restauradoras se faz imprescindível. No Museu da Amazônia adotaram também os campos de “Significância” e de “Relevância” dos objetos e coleções.

§ As próprias atividades de escavação podem induzir alterações mesmo em áreas não escavadas, já que, por exemplo, um objeto situado originalmente a 1 metro de profundidade, pode ficar a poucos cm do ambiente externo, e portanto, suscetível a fatores de deterioração físico-químicos.

§ O sistema de documentação deveria permitir que outros atores sociais, por exemplo, as comunidades indígenas, tenham acesso e possam incorporar novas informações a respeito das coleções.

§ O próprio quantitativo dos materiais endossados pelas instituições de guarda e pesquisa inviabiliza na prática, pensar em realizar uma biografia de vida de cada peça, mas não de realizar a história de vida de cada coleção. Embora há que considerar que também podem existir peças emblemáticas, objetos icônicos, que validam registrar sim a sua história de vida.

§ O problema da gestão de acervos deve ser considerada de forma distinta, tratando-se de acervos já existentes ou da geração de novos acervos.



§ Deve-se trabalhar em conjunto para atingir um objetivo, o qual deve estar claro para cada participante da equipe multidisciplinar.

§ IPHAN – caderno de diretrizes – portaria 196: Maior crítica à 196 foi a obrigatoriedade e uniformização dos procedimentos.

§ Critérios – particularidade dos materiais e diferentes ambientes no território nacional.

§ Falta o conhecimento das opções, escolhas, consequências.

§ Readequação dos termos.

§ Reconhecer as características dos artefatos, as alterações, para poder refletir e decidir sobre as estratégias de conservação.

§ Significância – como acessar e como documentar?

§ Documentação – inserção de dois novos campos: significância / relevância e recomendações.

§ Documentação da coleção X documentação do objeto.

§ Gestão de acervos pré-existentes X gestão de acervos futuros/gerados.

## **ENCONTRO 6 - SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÃO; DISPONIBILIZAÇÃO VIRTUAL DOS ACERVOS/ACESSO VIRTUAL**

Data e hora:

02 de junho de 2021 - 14:00 h

Número de participantes: 14

Questão norteadora:

Disponibilização e acesso às coleções: por que e para quem?

Textos para discussão:

DARÍO, Izeta Andrés; ROXANA, Cattáneo ¿Es posible una arqueología digital en Argentina? Un acercamiento desde la práctica. Humanidades Digitales: Construcciones locales en contextos globales: Actas del I Congreso Internacional de la Asociación Argentina de Humanidades Digitales – AAHD. Ciudad Autónoma de Buenos Aires:

Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2018.  
Disponível em: <https://www.aacademica.org/aaahd.congreso/15.pdf>,

THOMSON, Karen. Handling the “Curation Crisis:” Database Management for Archaeological Collections. Seton Hall University Dissertations and Theses (ETDs), 2014. Disponível em: <https://scholarship.shu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2980&context=dissertations>. [p.11-31]

Textos e informações complementares:

Digitalización de colecciones y archivo del Museo de Antropología-Instituto de Antropología de Córdoba (IDACOR): Preservar la cultura material antropológica en la región central de Argentina. Disponível em <http://blogs.ffyh.unc.edu.ar/reservapatrimonialmda/el-programa/digitalizacion-de-colecciones-y-archivo-del-museo-de-antropologia-instituto-de-antropologia-de-cordoba-idacor-preservar-la-cultura-material-antropologica-en-la-region-central-de-argentina/>.

## RESUMO DA DISCUSSÃO

- § Breve introdução sobre conceitos de documentação e base de dados.
- § Escolha do software influencia na informação.
- § Metadados = o que é relevante?
- § Pensar formatos.
- § Trabalhar com documentação/base de dados nos faz repensar a produção da documentação.
- § Base de dados como rede que se reformula.
- § São ações simples que vão facilitar a documentação posterior dos acervos.
- § Complexidade está em pensar campos e metadados.
- § É necessário padronização e uso de vocabulários controlados.
- § Relações/dados relacionais devem ser pensados multi e interdisciplinarmente.
- § Vai e vem das informações, dados, metadados; informações se complementam.

- § Repositórios podem ser geradores de documentação.
- § Atentar para campos e conteúdos “engessados”.
- § Banco de dados como ferramenta para o futuro.
- § Campos de descrição com dados brutos, que permitam novas interpretações e diferentes conexões.
- § Nesse sentido, temos que assumir que fazemos interpretações sobre os objetos.
- § No quesito “Estado de Conservação”, sente-se falta de vocabulário controlado/glossário.
- § Ficha de Conservação como documentação associada.
- § Estado de Conservação bom/regular/ruim é avaliação do dado, não o dado em si.
- § Subjetividade da classificação de Estado de Conservação.
- § Determinação do Estado de Conservação está ligada ao valor e tipo de integridade que se está privilegiando.
- § Vocabulário controlado: usar termos mais genéricos pode auxiliar e evitar interpretações.
- § Problemas relativos à Conservação no laboratório estão relacionados à interpretação.
- § Padronização é essencial.
- § Onde vão os dados das análises arqueométricas?
- § Na prática, o tempo da Conservação é diferente do tempo dos outros procedimentos.
- § Tudo é documento.
- § Museologia já traçou o caminho: já existem vocabulários controlados, thesaurus, etc.
- § A complexidade em pensarmos e decidirmos quais dados são relevantes e como trabalhar na produção dessa documentação. Uma base ou um banco de dados? Vocabulários e conceitos (thesaurus e suas atualizações: existem para a Arqueologia pré-

colonial?) E a própria linguagem entre o nosso grupo > multi e interdisciplinar. Além de nós, outros atores: nossa comunicação é adequada?

### ENCONTRO 7 - GESTÃO DE RISCO

Data e hora:

14 de julho de 2021 - 14:00 h

Número de Participantes: 12

Questão norteadora:

Que tipo de riscos estamos considerando em nossos protocolos?

Textos para discussão:

Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Brasília: IBRAM; Ibermuseos, 2017. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/programa\\_PGRPMB\\_2017-1.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/programa_PGRPMB_2017-1.pdf)

Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. ICCROM, CCI, 2017. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/01/guia-gestao-riscos-pt.pdf>.

Relatório de divulgação dos resultados do primeiro ciclo de aplicação da metodologia de gestão de riscos para o patrimônio cultural da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2020. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42316/11/Relat%c3%b3rio%20Final%20GR\\_vers%c3%a3o%20Arca\\_12ago2020.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42316/11/Relat%c3%b3rio%20Final%20GR_vers%c3%a3o%20Arca_12ago2020.pdf). [p. 40]

Textos e informações complementares:

Declaração do Rio de Janeiro sobre Redução do Risco de Incêndio no Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IBRAM; ICOM Brasil; ICCROM, 2019. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/DeclaracaoRioJaneiro.pdf>.

### RESUMO DA DISCUSSÃO

§ Risco – consenso entre os participantes sobre a falta do profissional que oriente e conduza as ações para a criação conjunta de um plano de gestão de riscos.

§ ...o dia a dia é muito pobre....

§ Exemplo: UFPI - problema com o próprio laudo de bombeiros; único foco no risco de incêndio, outros riscos são menosprezados.

§ Possibilidade de utilizar recursos dos endossos para resolver alguns dos aspectos mais relevantes da gestão de riscos da instituição de guarda.

§ Utilização de recursos de TACs para auxiliar na gestão de riscos.

§ Exemplo: Museu Goeldi - Conseguiram recursos para a melhoria das condições de segurança, porém as pessoas responsáveis pelas coleções arqueológicas não foram consultadas. Fundo direitos difusos – projeto de segurança e combate de incêndios. Problema em relação à falta de consulta sobre especificidades da RT Arqueologia. Não foram consideradas as necessidades de assegurar a segurança da documentação associada.

§ A falta de recursos e de pessoas capacitadas inviabiliza a identificação de riscos na instituição.

§ A falta de especialistas ou a falta de consultas às áreas dificulta a compra de equipamentos apropriados e em concordância com as características ambientais dos locais e das coleções.

§ Frequentemente existe uma carência de informações relevantes acerca da estabilidade térmica e da umidade relativa dos ambientes, dos materiais empregados na construção dos espaços e da mobília; etc.

§ Equipamentos são adquiridos sem que se faça um monitoramento prévio do espaço para avaliação de estabilidade térmica e performance dos equipamentos – regulagem dos equipamentos é feita sem critérios claros.

§ Exemplo: Museu Goeldi - embora tenham dataloggers para o monitoramento contínuo dos ambientes das coleções, faltam profissionais para assessorar curadores.

§ Problemas decorrentes da falta de consultas a especialistas (conservadoras-restauradoras, curadores) antes de realizar obras de infraestrutura ou da compra de equipamentos.

§ Não existe no Brasil uma cultura de prevenção, existem ações para remediar os danos.

§ A conservação preventiva está fortemente vinculada à gestão de riscos.

§ O problema maior é mudar a cultura atual de remediar em vez de prevenir.

§ Muitas vezes, não é a falta de profissionais o problema, e sim a falta de consulta aos mesmos.

- § Cultura nacional de “apagar incêndios”.
- § Os problemas estão na falta de profissionais, de recursos econômicos, de estrutura, e de não levar a sério os riscos.
- § Exemplo: mesma situação no LEACH (UFMG).
- § A falta de priorização das solicitações à direção é um dos problemas.
- § A gestão de riscos é muito complexa e demanda muito treinamento.
- § Problemas de identificação de riscos e/ou de falta de especialistas.
- § A falta de todo tipo de especialistas nos museus de pequeno porte é uma deficiência muito importante.
- § Foi elaborado para um pequeno museu, um jogo virtual de identificação de riscos, para a participação de diversos atores.
- § Qual foi a nossa aprendizagem com os incêndios no Museu Nacional e outros museus?
- § Muitas das vezes, especialistas não são consultadas na hora de elaborar o projeto executivo das reservas técnicas, laboratórios e áreas expositivas.
- § Necessidade de considerar a gestão de riscos no próprio sítio arqueológico.
- § Importância do diagnóstico regional, predial, interno e externo – multidisciplinar.
- § Pensar na gestão de riscos é muito próximo de pensar a conservação preventiva.
- § O que esses outros atores estão considerando como risco? Como incluir esses outros agentes da gestão compartilhada? Quais os riscos da gestão compartilhada?
- § Em coleções arqueológicas o manuseio é um risco, embora não seja considerado, na maior parte das vezes, quando é feito pela própria arqueóloga no campo ou nos laboratórios.
- § Distintos materiais = distintos riscos na manipulação, e diferentes magnitudes.
- § Que riscos estamos considerando?





- § Complexidade da gestão de riscos e a importância de incluir aos demais atores que se encontram dentro do museu.
- § Importância de cobrar da direção da instituição pela elaboração do plano de gestão de riscos.
- § Considerar os riscos, que segundo os grupos culturalmente relacionados, implicaria a manipulação, conservação e extroversão de bens culturais sensíveis.
- § A utilização de réplicas, evitando o risco de manipulação, etc., e a sua importância na difusão e valorização do patrimônio.
- § A importância das réplicas ao trabalhar com pessoas com dificuldades visuais ou comprometimento da mobilidade.
- § A importância de conseguir uma visão mais ampla possível, através da multidisciplinaridade e multiculturalidade.

### **ENCONTRO 8 - ESTRATÉGIAS E PROTOCOLOS EFETIVOS PARA GARANTIR A ADOÇÃO E A FLUIDEZ DA POLÍTICA DE ACERVOS**

Data e hora:

25 de agosto de 2021 - 14:00 h

Número de Participantes: 12

Questão norteadora:

Como garantir a adoção e a continuidade de uma Política de Acervos eficaz e comprometida com a sociedade?

Textos para discussão:

Plano Museológico Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – 2016-2021. Disponível em: <https://museu.ufsc.br/files/2016/03/Plano-MuseologicoMARquE.pdf>.

Plano museológico do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás - 2018/2021. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/121/o/Plano\\_Museologico\\_Final.pdf?1514726000](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/121/o/Plano_Museologico_Final.pdf?1514726000).

Recomendação Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. UNESCO, Paris, 20 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp->

content/uploads/2019/07/RecommendationUnesco-in-6-Languages-TRADUCAO-NAO-OFFICIAL.pdf.

Textos e informações complementares:

NMAI - National Museum of the American Indian. Strategic Plan 2017-2021. Washington, D.C: Smithsonian Institution, s/d. Disponível em: <https://americanindian.si.edu/sites/1/files/pdf/about/NMAI-Strat-Plan.pdf>.

Archaeological Ethics Database. Disponível em: <http://archaeologicaethics.org/>.

CAA - Canadian Archaeological Association. Statement of Principles for Ethical Conduct Pertaining to Aboriginal Peoples. Disponível em: <https://canadianarchaeology.com/caa/bout/ethics/statement-principles-ethical-conduct-pertaining-aboriginal-peoples>.

RESUMO DA DISCUSSÃO

§ Necessidade de elaborar um diagnóstico institucional.

§ Exemplo: No Museu Goeldi existe Plano Museológico, porém como é muito genérico, cada curador de coleção tem feito uma política de acervos particular.

§ Exemplo: A Universidade (UFOPA) detém vários tipos de acervos porém a instituição não parece ter responsabilidades com relação a eles; não existem curadores nem profissionais especializadas; é de vital importância sensibilizar à direção para responsabilizar-se destes acervos.

§ Museus pequenos desconhecem a quem submeter o plano museológico, nem a vigência dos planos. Medo de ser reprovado o Plano.

§ Luta para que as universidades reconheçam os seus acervos.

§ A elaboração de Planos Museológicos traz a necessidade de realizar diagnósticos.

§ Plano museológico = plano de gestão.

§ Importância do diagnóstico dificuldade de realizar um bom diagnóstico – necessário o envolvimento de todas as pessoas e equipes que trabalham no Museu ou IGP.

§ Plano museológico não necessita ser submetido a nenhuma instituição.

§ Modelo do IBRAM de Plano Museológico.

- § Somente os museus do IBRAM necessitar apresentar o Plano ao IBRAM.
- § Dificuldades para preparar o Plano Museológicos.
- § Plano museológico é sugerido pelo Ibram, que propõe uma estrutura de programas.
- § Complexidade da aplicação das normas – às vezes é algo simples, como exemplo uma revisão do organograma.
- § Exemplo: No museu Goeldi, embora a importância dos acervos, não existe nem conservadora-restauradora, nem museóloga.
- § Importância da participação de todos no Plano; necessidade de um diálogo amplo entre todos os atores e todos os setores da instituição, para o Plano ser conhecido, e ter de fato uma ampla participação.
- § Dificuldades gerais com o planejamento, por isso a necessidade das pessoas entender o plano museológico.
- § Exemplo: No Museu da Amazônia, está em fase de construção o plano museológico.
- § Exemplo: Museu funcionando mais como armazém de materiais das pesquisas de docentes, e ultimamente se tornou mais uma instituição de endosso. Não tem plano museológico nem museóloga para colaborar com a elaboração do mesmo. Foi iniciado a elaboração de uma Política de Acervo, que implica a necessidade de um trabalho colaborativo.
- § Uma das dificuldades na elaboração do plano museológico é a duplicação de ações em setores distintos. Uma das formas de evitar essa repetição seria pensar por ações, agrupadas por atividades afins.
- § Políticas de acervos é uma ação dentro do plano museológico: gerenciamento dos acervos – normatização e usos.
- § Se houver um plano, ou seja, se a IGP elaborar seu próprio plano de gestão fica inclusive mais fácil de gerenciar os endossos.
- § Salvaguarda = conservação preventiva = gerenciamento de riscos.
- § O Plano permite a continuidade das ações e protege à própria instituição e à profissionais.

§ O Plano à mesma vez de ser um instrumento que garante a preservação dos acervos, é um instrumento de barganha e de legitimidade.

§ É comum que editais de fomento exigir que a instituição tenha um Plano Museológico.

§ Também é mais frequente surgirem editais para compra de equipamentos que para a contratação de especialistas.

§ Plano Museológico como instrumento gestor para a própria instituição.

§ O Plano garante a continuidade das ações.

§ Relação com a história dos museus, com a dissociação da pesquisa e da comunicação que aparece nos museus universitários.

§ Valorização de profissionais, historicidade dos processos, das instituições.

§ Plano Museológico como instrumento de luta para preservação dos acervos.

§ Utilização das cartas e outros instrumentos internacionais para justificar às autoridades a necessidade do Plano Museológicos.

§ Planejamento não é luxo. Planejamento é instrumento de luta.

§ Planejamento é necessário.

§ Continuidade das ações comprometida pelo fato de que muitas das atividades são desenvolvidas por estagiárias.

§ Importância da Memória Institucional.

§ Ponto fraco dos planos – falta de recursos humanos.

### 3. ALGUNS RESULTADOS

No decorrer dos encontros, a quantidade de participantes foi diminuindo, sendo mantida uma média de 12-15 pessoas até o final do trabalho do GD. Participaram de duas ou mais reuniões: Ana Paula da Rosa Leal, Anne Rapp Py-Daniel, Celina Rosa Santana, Cristiana Barreto, Evânia Lima de Barros, Grégoire van Havre, Jéssica Catharine Vieira Campos, Letícia Gondim, Maria

Luiza Clapis Pacheco Chaves, Meliam Viganó Gaspar, Michelle Mayumi Tizuka, Paula de Aguiar Silvia Azevedo.

No decorrer das discussões foi acordada a realização dos três produtos a serem apresentados no IV Fórum Acervos Arqueológicos: um relatório a respeito dos encontros, a apresentação no evento, e um terceiro produto, chamado inicialmente de “fluxograma”, que objetivava analisar, desde o olhar da Arqueologia, da Museologia e da Conservação, as diferentes instâncias de decisão implicadas na preservação dos sítios e acervos arqueológicos. O “fluxograma” nasceu da ideia de “des-manualizar” a práxis arqueológica, dado que normativas específicas e manuais não dão conta da diversidade de situações, de ambientes, de climas, de materiais, de recursos humanos, etc., além de forçar a ideia de linearidade dos processos.

Desta forma, se faz necessário começar a ver a preservação do patrimônio arqueológico como um conjunto de processos que implica a contribuição de diferentes atores e a participação ativa de especialistas das chamadas ciências do patrimônio. A preservação do patrimônio arqueológico perpassa então a ação de um único profissional ou uma única área do conhecimento, e implica olhar para o todo - comunidades, agentes, recursos materiais, sítio, instituição de guarda, corpo normativo, etc. - de forma tal de atingir a interpretação, a conservação, a documentação e a extroversão de maneira pluricultural, sustentável e com equidade social.

Com o objetivo de dar forma ao “fluxograma”, foi formado um subgrupo de trabalho. Desta forma, no mês de maio de 2021, foi feita uma convocação a participantes do GD3 que estivessem interessadas em participar da construção desse produto em paralelo aos encontros do grupo. Assim foi conformado um subgrupo constituído por nove integrantes, das áreas da Arqueologia, Conservação-Restauração e da Museologia, a saber: Cristiana Barreto (Museu Paraense Emílio Goeldi); Grasiela Toledo (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); Grégoire van Havre (Universidade Federal do Piauí); Jaime Mujica Sallés (Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas); Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia); Maria Luiza Clapis Pacheco Chaves (Museu da Amazônia); Meliam Viganó Gaspar (Museu da Amazônia); Michelle Mayumi Tizuka (Universidade Federal Fluminense); Silvia Cunha Lima (Consultora independente).

Na primeira reunião do subgrupo, no dia 16 de junho de 2021, nosso “fluxograma” inicial nasce na forma de um rascunho em papel da cadeia operatória dos acervos arqueológicos, mostrando os pontos-chave de decisão, desde o momento da planificação de uma escavação arqueológica ou de outro tipo de intervenção. No total, tivemos nove reuniões do subgrupo realizadas todas em formato remoto, resultando no desenvolvimento de um produto virtual interativo denominado “AI CARAMBA: UM ANTIMANUAL PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO” (fig. 4). O mesmo foi desenvolvido utilizando o editor de

prototipagem de projetos de design Figma, e neste momento encontra-se em processo de desenvolvimento.

No dia 30 de agosto de 2021, durante o primeiro dia do IV Fórum Acervos Arqueológicos, foi enviada uma mensagem via e-mail para os mais de 800 inscritos no evento, explicando o produto e solicitando o envio de sugestões para o aprimoramento dele. A apresentação formal do “AI CARAMBA: UM ANTIMANUAL PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO” foi realizada no dia 1º de setembro de 2021 durante a apresentação do GD3 no IV Fórum Acervos Arqueológicos. O produto pode ser acessado através do link: <https://url.gratis/e8U48a>.



Figura 4 – Capa do protótipo do produto “AI CARAMBA: UM ANTIMANUAL PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO”

Apesar da complexidade e qualidade das discussões realizadas, tentaremos aqui apresentar de maneira concisa algumas das ideias-chave que surgiram durante os debates.

### 3.1 Gestão de acervos é processo, é fluxo

Compreendemos que a gestão dos acervos arqueológicos não pode se dar de maneira compartimentada, devendo ser entendida e trabalhada a partir da ideia de processo, de fluxo, de uma cadeia não necessariamente linear. Conhecer as partes, mas compreender que fazem parte de um todo, minimiza as discrepâncias, os retrabalhos, as imprecisões e as lacunas, relativiza especialidades e equilibra saberes, e evidencia diferentes vozes e atores.

### 3.2 Preservação = Gestão de valores

Pensar a gestão dos acervos e sua preservação envolve a realização de escolhas baseadas nos diferentes valores que atribuímos ao patrimônio arqueológico. Estão envolvidos nesse processo valores que perpassam diferentes olhares: individuais, coletivos, institucionais, científicos, históricos, culturais, artísticos, religiosos, dentre muitos outros.

### 3.3. Técnica exige reflexão

Não há neutralidade nos procedimentos técnicos. A escolha por uma ou outra ação é atravessada por diferentes valores, visões, contextos. Uma ação técnica se configura, assim, como um ato crítico, analítico, que influencia na leitura, interpretação e fruição do patrimônio arqueológico.

### 3.4 Protocolos reproduzem visões políticas

Se não há neutralidade na técnica, devemos assumir que toda tentativa de padronização ou normatização também estará carregada de visões de mundo. Devemos assumir e incorporar as subjetividades, ambiguidades e limitações, e nesse contexto entender o papel que desempenhamos no processo de preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Mais do que isso, é necessário que o motivo de cada etapa do processo de gestão e de cada escolha seja evidenciado.

Estas foram apenas algumas das muitas reflexões realizadas a partir das discussões propostas. É provável que todas e todos tenhamos chegado ao final deste processo com mais dúvidas do que certezas. Apesar disso, finalizamos este relato tentando responder ao questionamento que nos foi colocado no início desta empreitada: acreditamos que pensar a preservação para além da materialidade implica pensar uma *gestão de acervos arqueológicos multidisciplinar, intersubjetiva intercultural e compartilhada*.